

PUBLIC

DOCUMENT OF THE INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK

BRAZIL

**LOAN PROPOSAL FOR A SMALL DRAINAGE PROGRAM FOR THE
MUNICIPALITY OF SÃO PAULO**

(BR0077)

**LOAN PROPOSAL
4 DECEMBER 1986**

Under the Access to Information Policy, this document is subject to Public Disclosure.

Brasil. Medidas Econômicas Decretadas
em 21 de novembro de 1986. Plano Cruzado II

Introdução

Este memorando tem por finalidade informar a Diretoria Executiva do Banco sobre recentes medidas econômicas decretadas pelas autoridades brasileiras, uma das quais se relaciona com as operações de financiamento a serem proximamente apresentadas à Diretoria Executiva, a saber: o Programa de Coleta de Águas Residuais na Zona Metropolitana de São Paulo (BR-0074) e o de Micro-Drenagem para o Município de São Paulo (BR-0077). Em decorrência de tais medidas, em 21 de novembro último, o Governo do Brasil, mediante o Decreto Lei 2291, incorporou todas as funções, recursos, pessoal, direitos e obrigações do Banco Nacional da Habitação (BNH), entidade responsável por cerca de 50% da contrapartida local para os referidos programas, à Caixa Econômica Federal (CEF). Apesar do mencionado decreto lei já haver entrado em vigor, de acordo com a Constituição Brasileira, o mesmo poderia ser rejeitado pelo Congresso Nacional dentro de 60 dias a partir de sua promulgação.

Embora a administração não espere que o aludido decreto seja rejeitado, considera ao mesmo tempo que seria prematuro introduzir as modificações pertinentes na proposta e documentação que acompanham tais operações. Reconhecendo-se que a medida tomada pelas autoridades do país requer um parecer quanto a viabilidade institucional do novo esquema, analisa-se a situação financeira da Caixa Econômica Federal, concluindo-se que a mudança institucional efetuada não afetará a disponibilidade de contrapartida para os mencionados programas.

Não obstante o acima exposto nos documentos normativos das respectivas operações, os compromissos relacionados com o BNH, estipulados nas condições contratuais pertinentes, são agora redigidos de maneira a definir a responsabilidade da CEF.

Conforme se assinalou nos documentos de empréstimo dos dois programas, parte dos recursos de contrapartida local proviriam de empréstimos do BNH. Na análise de ambas as operações, pôde-se demonstrar que o BNH tem suficiente capacidade financeira para atender a tais compromissos de contrapartida local uma vez que o montante destinado aos dois empréstimos representa percentagem mínima do volume de suas operações de empréstimo, que se eleva a cerca de US\$1.400 milhões anuais, ou seja, as contribuições locais representam apenas 3% de tais colocações. Enquanto se processavam as solicitações de empréstimo, o BNH, em comunicações oficiais, comprometeu-se em princípio a atender às necessidades de contrapartida local para os dois programas. O compromisso formal seria assumido uma vez que os empréstimos fossem aprovados pelo BID. Para esse efeito, há em cada operação uma condição prévia ao primeiro desembolso do empréstimo: a apresentação do compromisso formal do BNH (agora da CEF) de tornar efetiva parte dos recursos de contrapartida local. Em virtude desse decreto recente, no que se refere à condição prévia dos documentos normativos, essa obrigação será agora da responsabilidade da CEF.

A transferência do BNH à CEF não implicaria problema quanto à disponibilidade dos recursos de contrapartida local porquanto o decreto estabelece que a CEF receberá todos os recursos que o BNH obteria para as suas operações, havendo as autoridades federais do Brasil assegurado ao Banco que a CEF efetuará a contribuição de contrapartida local para os dois programas mencionados. Além disso, a Diretoria de Engenharia e Saneamento do antigo BNH, da qual provinham os recursos para ambos os empréstimos, seria totalmente transferida à CEF como Diretoria de Saneamento e teria as mesmas funções e responsabilidades anteriores. Ademais, o Diretor dessa unidade seria o mesmo que se encontrava no BNH. Cumpre assinalar que a Diretoria de Engenharia e Saneamento continuará a ser responsável pela coordenação e execução do sistema PLANASA, de acordo com o artigo 1, alínea c, do Decreto 2291.

O objetivo da incorporação do BNH à CEF é racionalizar as atividades de diferentes empresas do setor público do Brasil. Como se verá mais adiante, a CEF complementava, e em certos casos duplicava, as funções do BNH, especialmente no que se refere ao financiamento de moradias e obras de desenvolvimento urbano.

Análise da Caixa Econômica Federal

Apresentam-se a seguir alguns antecedentes da CEF bem como uma análise de sua situação financeira.

Caixa Econômica Federal (CEF)

1. Antecedentes

A CEF é uma instituição financeira que tem o caráter de empresa pública e personalidade jurídica de direito privado, subordinada ao Ministério da Fazenda e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Todo o seu capital pertence ao Governo Federal. Suas principais operações enquadram-se no sistema financeiro de crédito para o desenvolvimento urbano e a habitação do país, captando recursos mediante depósitos de poupança e a prestação de serviços de administração para o Governo, como os serviços de loteria, pelos quais cobra uma comissão.

2. Demonstrativos de situação financeira

Para que se tenha uma idéia da magnitude dos recursos que a CEF administra, apresentam-se a seguir os principais itens de seus demonstrativos financeiros e de lucros e perdas. As cifras foram extraídas dos demonstrativos financeiros de 1983 a 1985, examinados por uma firma de auditores independentes. A conversão da moeda local em dólares estadunidenses foi feita à taxa de câmbio de encerramento anual de cada exercício.

Demonstrativos Financeiros
em 31 de dezembro
(equivalente a milhões de US\$)

<u>Ativo</u>	<u>1983</u>	<u>%</u>	<u>1984</u>	<u>%</u>	<u>1985</u>	<u>%</u>
<u>Circulante e Longo Prazo</u>	<u>11.200</u>	<u>96</u>	<u>11.352</u>	<u>96</u>	<u>12.358</u>	<u>96</u>
- Disponibilidades	36	-	29	-	33	-
- Valores e bens	1.111	10	912	8	1.282	10
- Operações de crédito	9.587	82	9.931	84	10.480	82
- Outros	466	4	480	4	563	4
<u>Permanente</u>	<u>477</u>	<u>4</u>	<u>495</u>	<u>4</u>	<u>504</u>	<u>4</u>
<u>Total do Ativo</u>	<u>11.677</u>	<u>100</u>	<u>11.847</u>	<u>100</u>	<u>12.862</u>	<u>100</u>
 <u>Passivo</u>						
<u>Circulante e Longo Prazo</u>	<u>10.350</u>	<u>89</u>	<u>10.513</u>	<u>89</u>	<u>11.530</u>	<u>90</u>
- Depósitos	8.628	74	8.892	75	9.917	77
- Empréstimos	1.147	10	1.188	10	1.170	9
- Outros	575	5	433	4	443	4
<u>Patrimônio</u>	<u>1.326</u>	<u>11</u>	<u>1.333</u>	<u>11</u>	<u>1.331</u>	<u>10</u>
<u>Total Passivo e Patrimônio</u>	<u>11.677</u>	<u>100</u>	<u>11.847</u>	<u>100</u>	<u>12.862</u>	<u>100</u>
	=====		=====		=====	

Da comparação das cifras acima apresentadas, depreende-se que o total do ativo, no período examinado, elevou-se do equivalente a US\$11.677 milhões em 1983 a US\$12.862 milhões em 1985 (10,1%). Oitenta e dois por cento do ativo em 31 de dezembro de 1985 (US\$10.480 milhões), correspondiam a operações de crédito imobiliário relacionadas com a construção e aquisição de moradias, a longo prazo (até 30 anos) e a juros que variavam de 3% a 12% anuais, sujeitas à correção monetária. Esta carteira de empréstimos conta com garantia hipotecária e seguros. Os restantes itens do ativo compreendiam: (i) depósitos no Banco Nacional de Habitação (BNH) e títulos imobiliários do Governo Federal, no valor de US\$1.282 milhões (10% do total); e (ii) créditos vários, investimentos em sociedades controladas pelo Governo Federal e imóveis de uso da CEF, no valor de US\$1.067 milhões (os 8% restantes do ativo total).

A maior parte dos recursos utilizados pela CEF provém de depósitos de poupança popular. Em fins de 1985, esses depósitos equivaliam a US\$9.917 milhões, o que representava 77% do total de recursos utilizados. Esses depósitos rendiam juros de até 6,2% anuais e correção monetária do capital. Os empréstimos representavam US\$1.170 milhões, ou seja, 9% dos recursos aplicados, que consistiam em financiamentos recebidos do BNH e do Banco Central.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1985 era equivalente a US\$1.331 milhões, o que representava 10% do total de recursos administrados pela CEF. O capital integrado, nessa mesma data, era equivalente a US\$218 milhões, as reservas equivaliam a US\$946 milhões e os lucros não aplicados, a US\$167 milhões.

3. Demonstrativo de lucros e perdas

No período de 1983-1985, a CEF obteve lucros anuais, conforme se pode verificar no seguinte quadro comparativo:

<u>Demonstrativos de lucros e perdas</u> (equivalente a milhões de US\$)						
	<u>1983</u>	<u>%</u>	<u>1984</u>	<u>%</u>	<u>1985</u>	<u>%</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>7.095</u>	<u>100</u>	<u>8.017</u>	<u>100</u>	<u>8.710</u>	<u>100</u>
- Operações de crédito	6.085	86	7.054	88	7.540	86
- Rendas, títulos e depósitos	660	9	654	8	747	9
- Outros	350	5	309	4	423	5
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>6.425</u>	<u>91</u>	<u>7.410</u>	<u>92</u>	<u>8.115</u>	<u>93</u>
- Depósitos remunerados	5.147	73	5.949	74	6.470	74
- Juros de empréstimos	519	7	679	8	694	8
- Administrativos	759	11	782	10	951	11
<u>Lucro Operacional</u>	<u>670</u>	<u>9</u>	<u>607</u>	<u>8</u>	<u>595</u>	<u>7</u>
<u>Correção Monetária e Vários</u>	<u>(432)</u>	<u>(6)</u>	<u>(550)</u>	<u>(7)</u>	<u>(541)</u>	<u>(6)</u>
<u>Lucro Líquido</u>	<u>238</u>	<u>3</u>	<u>57</u>	<u>1</u>	<u>54</u>	<u>1</u>
	=====		=====		=====	

De tais demonstrativos depreende-se que a CEF obteve lucros líquidos que variaram do equivalente a US\$238 milhões em 1983 a US\$54 milhões em 1985. A maior parte das receitas proveio dos juros cobrados por sua carteira de empréstimos imobiliários e, em menor proporção, da renda de títulos, depósitos e comissões de serviços prestados.

As despesas operacionais mantiveram-se em cerca de 91% a 93% das receitas. Seu item mais importante foram os juros dos depósitos de poupança.

O lucro operacional variou de 7% a 9% do total das receitas operacionais. O efeito conjugado de um aumento das despesas operacionais e da correção monetária determinou uma diminuição do lucro líquido de 3% das receitas operacionais em 1983 (US\$238 milhões) a 1% em 1984 e 1985 (US\$57 milhões e US\$54 milhões, respectivamente).

4. Conclusão sobre a situação financeira da CEF e sua comparação com a do BNH

Pode-se depreender da análise acima que a Caixa Econômica Federal vem administrando de maneira satisfatória importante volume de recursos, que lhe permitiu obter lucros operacionais e líquidos adequados em cada um dos anos do período analisado.

O Banco Nacional da Habitação (BNH) possuía em 31 de dezembro de 1985 ativos totais similares aos da CEF, os quais equivaliam a US\$13.437 milhões, com uma carteira de operações de crédito de US\$11.357 milhões (85% do ativo total). Seu patrimônio líquido elevava-se nessa mesma data a US\$753 milhões (6% do ativo total), havendo obtido um lucro líquido de US\$5 milhões em 1985.

A principal fonte de recursos para o financiamento das operações de crédito tem sido: para a CEF, os depósitos de poupança populares e, para o BNH, o Fundo de Tempo de Serviço. Ambas as instituições vieram desempenhando importante papel no sistema financeiro do país, no que se refere ao financiamento do desenvolvimento urbano e da habitação, juntamente com as Caixas Econômicas Estaduais e as associações de poupança e empréstimo. Considera-se que a fusão do BNH com a CEF não modificará a adequada situação financeira que caracterizou as operações de cada uma dessas instituições nos últimos anos. Por conseguinte, considera-se que a mudança institucional efetuada não afetaria a capacidade financeira da CEF de tornar efetivos os necessários recursos de contrapartida local para ambos os programas.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
DIVULGAÇÃO RESTRITA

B R A S I L

PROGRAMA DE MICRODRENAGEM PARA A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO

BR-0077

PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO

Dados Sócio-Econômicos Básicos

Proposta de Empréstimo

Anexos da Proposta de Empréstimo

Apêndice I:

Apêndice II:

Apêndice III:

Projeto de Resolução

Recomendações

Descrição do Programa

(Anexo A do Contrato de Empréstimo)

Basic Socioeconomic Data of Brazil

1. General

Source: Country Studies and General Studies Divisions
(based on official data)

Total population (thousands of inhabitants, 1985)	134,472
Rural population per cent (1985)	25.5
Land area (Km ²)	8,511,965
Population per km ² (1985)	15.8
Population growth rate (1970-85)	2.5
Estimated per capita GDP in 1985 (measured in US\$)	1,631
Low income level (IDB estimate, per capita prices of February 1986)	Ca\$10,140
Mortality rate per 1,000 (1980)	6.8
Infant mortality rate per 1,000 live births (1982)	87.9
Number of hospital beds per 1,000 inhabitants (1982)	4.2
Literacy rate (1984)	78.7
Rate of exchange (1985 average, cruzeiros per US\$)	6,205.0
(August 1986, cruzeiros per US\$)	13.8

Land Distribution

Size Class (hectares)	Per Cent Distribution			
	Number of Farms		Total Area	
	1975	1980	1975	1980
Less than 10	50.3	48.5	14.6	11.8
10 - 1,000	49.0	50.8	73.2	72.8
1,000 and above	0.7	0.7	12.2	15.4

- Source: FIBGE

Economically Active Population - EAP (1984): (Source: FIBGE)	In Thousands	Per Cent
<u>Agriculture</u>	14,974	29.8
<u>Secondary Sectors</u>	10,923	21.8
Manufacturing	7,136	14.2
Construction	2,926	5.8
Other industrial activities	861	1.8
<u>Tertiary Sectors</u>	22,752	45.3
Commerce	5,354	10.7
Services	9,663	19.2
Transportation and Communication	1,818	3.6
Social	3,783	7.5
Public Administration	2,134	4.3
<u>Other Activities</u>	1,560	3.1
<u>Total</u>	50,209	100.0

Percentage of the EAP Unemployed in Major Metropolitan Areas (Source: FIBGE)

Year	Rio de Janeiro	Sao Paulo	Belo Horizonte	Porto Alegre	Average
1982	6.5%	6.0%	7.0%	5.3%	6.3%
1983	6.2%	6.8%	7.8%	6.7%	6.7%
1984	5.1%	4.7%	6.7%	4.3%	4.8%
1985	3.8%	3.6%	4.2%	3.9%	3.9%
1986 (July)	3.7%	3.4%	3.9%	4.2%	3.8%

Distribution of Wage Income Received by:

	Percentage of Total Income		
	1979	1981	1983
The poorest 20% of the economically active population	2.75	2.78	2.50
The poorest 40% of the economically active population	8.85	8.82	8.05
The richest 40% of the economically active population	81.39	80.90	82.29
The richest 5% of the economically active population	34.87	33.41	33.95

Source: PNAD.

2. National Accounts

	Composition in Current Prices		Real Annual Growth Rate (%)					
	1970	1985	Average 1970-73	1981	1982	1983	1984	1985 b/
<u>Expenditure on GDP</u>								
Consumption	74.9	78.5	12.7	-1.1	3.0	-2.2	3.5	9.2
Total investment	22.5	16.4	10.9	-12.3	-3.1	-10.8	-4.3	9.0
Exports of goods and N.F.S.	7.0	12.5	14.3	21.3	-9.2	5.0	22.8	-1.7
Imports of goods and N.F.S.	-7.4	-7.4	21.1	-12.3	-6.0	-9.1	-11.1	2.3
GDP at market prices	100.0	100.0	11.6	-1.6	0.9	-3.2	4.5	8.3
<u>GDP by Origin</u>	100.0	100.0 a/	11.6	-1.6	0.9	-3.2	4.5	8.3
Agriculture	12.2	10.1	4.7	6.4	-2.5	2.2	4.3	8.8
Mining	0.8	1.1	7.1	0.2	6.7	14.5	27.3	11.5
Manufacture	28.2	27.7	13.2	-6.5	0.2	-6.3	6.0	8.3
Electricity	2.1	3.9	18.3	3.4	6.3	7.8	11.9	10.2
Construction	5.9	5.5	9.9	-4.2	0.2	-15.0	1.3	11.3
Commerce	18.1	16.4	11.9	-2.8	1.0	-3.5	2.7	8.7
Transportation	4.7	7.9	16.5	0.2	5.6	0.1	5.9	4.6
Financial services	10.1	10.0	6.2	-0.9	1.5	1.5	3.0	9.9
Other services	8.1	11.9	13.3	2.6	-0.0	-4.0	2.9	10.1
Government	9.8	7.0	11.5	3.2	2.4	-1.9	2.5	2.5

a/ Constant prices.

b/ Preliminary.

Source: Based on Getúlio Vargas Foundation data and IDB estimates.

3. External Trade

(Source: Central Bank)

	(In Millions of US\$)					Annual Growth Rates (%)				
	1981	1982	1983	1984	1985 a/	1981	1982	1983	1984	1985 a/
Exports of Goods (FOB)	23,293	20,175	21,899	27,005	25,639	15.7	-13.4	8.5	23.4	-5.1
Coffee (beans and soluble)	1,761	2,113	2,325	2,856	2,607	-36.5	20.0	10.0	22.8	-8.8
Sugar products	1,062	580	515	586	364	-16.9	-45.4	-11.2	13.8	-37.9
Iron ore	1,748	1,847	1,682	1,785	1,789	11.8	5.7	-8.9	6.1	0.2
Soybeans and by-products	3,191	2,122	2,564	2,566	2,545	40.9	-33.5	20.8	20.9	-0.8
Manufactured products	11,690	9,882	11,295	14,891	14,585	25.7	18.6	14.2	31.8	-2.1
Other exports	3,841	3,631	3,518	4,321	3,749	39.8	-5.4	-3.1	22.8	-13.3
Imports of Goods (FOB)	22,091	19,395	15,429	13,916	13,168	-3.8	-12.2	-20.4	-9.8	-5.3
Wheat	832	762	727	755	584	-22.8	-8.4	-4.6	3.9	-22.6
Machines and equipment	4,023	3,272	2,505	2,151	2,400	-8.4	-18.7	-23.4	-14.1	11.5
Petroleum and derivatives	11,006	10,120	8,179	6,867	5,769	11.8	-8.1	-19.2	-16.4	-16.0
Other imports	6,230	5,241	4,018	4,143	5,015	-20.5	-15.9	-23.3	3.1	21.0
Imports of Goods (CIF) b/	25,200	22,200	16,801	15,210	n.a.	-3.5	-11.7	-24.3	-9.5	n.a.

a/ Preliminary.

b/ CIF imports are derived from IMF data and non-official sources.

4. Balance of Payments

(In Millions of US\$)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985 a/
Trade Balance (FOB)	-2,823	1,202	780	6,470	13,089	12,450
Exports	20,132	23,293	20,175	21,899	27,005	25,639
Imports	22,955	-22,091	-19,395	15,429	13,916	13,168
Services (net)	-9,740	-12,394	-15,461	-12,753	-12,473	-12,350
Factor payments (net)	-6,621	-9,531	-11,395	-10,313	-10,203	-9,589
Non-factor payments (net)	-3,119	-2,863	-3,523	-2,440	-2,540	-2,761
Transfers (net)	168	199	-8	107	171	154
Current Account Balance	-12,807	-10,933	-14,755	-6,171	517	275
Net external financing	6,408	8,063	11,285	8,442	9,116	1,662
Direct Investment	1,121	1,580	991	657	1,076	710
Short-term and errors and omissions	1,806	1,915	-4,050	-6,258	-3,675	-2,633
Net Changes in foreign reserves (- = decrease)	-3,472	625	-6,529	-3,330	7,034	14

a/ Preliminary.

Source: Division of Country Studies based upon data from the Central Bank of Brazil.

5. <u>Cash Accounts of the Federal Budget</u>	As percentage of GDP					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985 a/
Current revenue	9.3	8.6	9.0	8.7	8.7	9.9
Tax revenue	6.7	6.5	6.6	6.0	6.0	7.1
Direct taxes	2.3	2.4	2.6	2.7	3.1	3.9
Indirect taxes	4.4	4.1	4.0	3.3	2.9	3.2
Non-tax revenue	2.6	2.1	2.3	2.7	2.7	2.8
Current expenditure	6.3	5.1	5.7	5.6		
Purchase of good and services	2.6	2.3	2.8	2.8		
Interest payments	0.5	0.3	0.2	0.2		
Transfers and subsidies	3.2	2.5	2.6	2.6		
Current Account Savings	3.0	3.5	3.3	3.1		
Capital Expenditures	2.9	3.4	3.2	3.1	8.7 b/	8.9 b/
Fixed investment	0.8	1.4	1.1	1.1		
Capital transfers	1.9	1.9	1.7	1.7		
Financial investment	0.1	0.1	0.3	0.3		
Deficit or surplus	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	1.0
Financing	-0.1	-0.1	-0.1	0.0	0.0	-1.0
(of which: from domestic sources)	(-0.1)	(-0.1)	(-0.1)	(0.0)	(0.0)	(-1.0)

a/ Preliminary.

b/ Sum of current and capital expenditures.

Source: Central Bank of Brazil and Ministry of Finance.

07-02-86

6. Money and Credit

	(Millions of Cruzados at December 31)				Growth Rate (%)			
	1982	1983	1984	1985 a/	1982	1983	1984	1985 c/
Money supply (M ₁) (% of GDP)	4,222 (6.2)	8,232 (4.8)	24,854 (3.7)	102,412 (3.5)	65.0	95.0	201.9	312.1
Quasi-money (M ₂) a/ (% of GDP)	7,776 (11.2)	18,312 (9.9)	66,066 (9.2)	249,639 (9.7)	84.6	134.3	260.8	277.9
Quasi-money (M ₃) b/ (% of GDP)	13,496 (19.2)	36,466 (18.9)	128,576 (18.3)	464,813 (18.8)	100.9	170.2	261.6	271.9
Financial system loans to the private sector (% of GDP)	22,017 (31.6)	53,594 (29.9)	163,875 (25.8)	565,791 (24.5)	95.8	143.4	205.8	244.4

a/ M₂ = M₁ + demand deposits in savings banks and time deposits.

b/ M₃ = M₂ + savings deposits (depósitos de poupança).

c/ Preliminary.

Source: Banco Central de Brazil and calculations of the Division of Country Studies.

7. Prices

(rate of increase)	Average 1977-79	1980	1981	1982	1983	1984	1985
GDP deflator	48.8	94.6	97.8	96.4	144.4	207.9	225.5
General Price Index - Domestic Supply							
Increase in 12 months	52.3	100.2	95.2	99.7	211.0	223.8	235.1
Annual average increase	45.1	100.2	109.2	95.4	154.5	220.6	225.5
National Consumer Price Index							
Increase in 12 months	a/	95.6	91.2	97.8	172.9	203.3	218.2
Annual average increase	a/	a/	82.8	109.6	134.8	191.1	233.6

a/ Initiated in March 1979.

Source: Getúlio Vargas Foundation.

07-02-86

Source: Central Bank of Brazil and estimates of the Division of Country Studies.

9. Debt Service	a/ Preliminary				
	1980	1981	1982	1983	1984
Exports of goods and n.f.s. (US\$ millions)	21,896.0	25,579.0	22,059.0	23,628.0	28,528.0
Service payments (interest and amortization payments actually made, US\$ millions)	14,145.0	17,598.0	20,405.0	12,783.0	13,469.0
Debt service as per cent of exports of goods and n.f.s.	64.6	68.8	92.5	54.1	47.2
	1985 a/				

Source: Central Bank of Brazil.

10. External Debt	a/ Preliminary				
	1980	1981	1982	1983	1984
Disbursed at year-end: includes registered public and private debt in US\$ millions	53,848.0	61,411.0	69,654.0	81,319.0	91,862.0
Non-registered foreign debt a/	10,000.0	10,500.0	13,007.0	10,319.0	7,903.0
Total	63,848.0	71,911.0	83,196.0	91,638.0	99,765.0
	1985 b/				

Source: IBRD External Debt Division.

8. External Public Debt in Foreign Currency (with public guarantee)	a/ Preliminary				
	1980	1981	1982	1983	1984
Local by type of creditor (debt disbursed and outstanding)	39,894.1	44,833.4	49,910.7	57,159.4	66,502.1
Official creditors	6,868.5	7,618.9	8,415.5	10,058.2	11,975.2
Multilateral	3,106.0	3,448.7	4,089.1	5,121.4	6,192.9
Bilateral	3,762.5	4,172.2	4,326.4	4,936.8	5,783.0
Private creditors	33,025.7	37,214.5	41,495.2	47,101.2	54,526.2
Suppliers	1,837.6	1,408.9	1,594.9	2,096.2	2,120.0
Financial markets	31,188.1	35,805.6	39,900.3	45,005.0	52,406.2
Contracted at Year-end in US\$ millions	1985 a/				

10. <u>IDB Loans</u> (Authorized as of Dec. 31, 1985)	<u>US\$ Millions</u>	<u>% Composition</u>
Total	<u>5,204.7</u>	<u>100.0</u>
Ordinary Capital	2,232.6	42.9
Inter-regional Capital	1,685.3	32.4
FSO-----	1,147.2	22.0
Other	139.6	2.7
By Sector		
Agriculture and fishing	800.9	15.4
Industry and mining	1,095.6	21.1
Transport.	804.2	15.5
Energy	1,473.7	28.3
Education, science and technology and health	650.9	12.5
Urban development	83.6	1.6
Preinvestment	76.2	1.4
Export financing	219.9	4.2
	<u>5,204.7</u>	<u>100.0</u>
	*****	*****

Doct.: DATA-BR
Disk.: RGZBR
ECC/POOL
07-02-85

BRASIL

Programa de Microdrenagem para a Prefeitura
Municipal de São Paulo
(BR-0077)

Proposta de Empréstimo

I. INTRODUÇÃO

A. Antecedentes

- 1.01 A população atual do município de São Paulo, calculada em 10 milhões de habitantes, representa 75% da população da Região Metropolitana (RMSP) e quase 30% da população estadual. O crescimento demográfico registrado historicamente é um dos mais elevados do país, calculando-se que o número de habitantes chegará a 16 milhões no ano 2000.
- 1.02 É claro que o volume de população tão significativo e de crescimento continuado e rápido gera grandes pressões sobre o meio urbano, o que faz multiplicar as chamadas "deseconomias de aglomeração" em todas as áreas do sistema urbano, produzindo efeitos mais notórios em: (i) insuficiência de serviços básicos à população, expressada em importantes déficits em aspectos tais como água potável, esgotos sanitários, postos de saúde, escolas, etc., cujo crescimento não acompanha as necessidades; (ii) insuficiência de serviços de infra-estrutura, refletindo-se em problemas de congestionamento do tráfego, inadequação dos serviços públicos de transportes, comunicações, eletricidade, etc.; (iii) deficiência de habitação adequada para grandes setores da população; e (iv) a crescente agravamento da situação ambiente, refletida especialmente na poluição dos cursos da água, da atmosfera, no desaparecimento de áreas verdes, etc.
- 1.03 Em matéria de saneamento, o município de São Paulo vem dedicando consideráveis esforços ao incremento dos serviços básicos de água potável e de esgotos sanitários, bem como a obras de drenagem da chuva e de saneamento ambiente, exigidas pelo acelerado crescimento populacional tanto histórico como projetado.
- 1.04 Não obstante os esforços envidados, a situação da cidade continua apresentando cobertura deficiente em termos de serviços e de controle ambiental. Um dos problemas mais graves que se apresentam neste aspecto é o das inundações, que se dão periodicamente devido à deficiência da infra-estrutura de obras de micro e macrodrenagem e à inadequada manutenção das obras existentes. Esta precária situação tem efeitos negativos sobre a saúde da população, acarretando igualmente prejuízos econômicos para os que residem na beira dos córregos.

- 1.05 Isso acontece porque, no caso específico da cidade de São Paulo, aos problemas anteriores se adiciona a topografia de pequenos vales e colinas, por onde correm numerosos cursos de água. A pressão do desenvolvimento urbano provocou em muitas dessas bacias hidrográficas verdadeiros "gargalos", isto é, uma impermeabilização do solo, que gera, por falta de ampliações do sistema de drenagem pluvial, numerosos pontos de inundação, afetando ano após ano grande número de famílias.
- 1.06 A solução desses problemas de drenagem nas numerosas baixadas da cidade permitiria, além do mais, recuperar para outros usos um dos recursos urbanos mais escassos - o solo - o que contribuiria para a solução de outro problema ligado ao desenvolvimento urbano, o controle e a ordenação do volumoso tráfego de veículos.
- 1.07 A escassa disponibilidade de terreno, em muitos casos essencial para a consideração do desenvolvimento de vias expressas ou arteriais na cidade, faz com que adquira enorme importância a busca simultânea - junto ao esforço de controle ambiental - do aproveitamento integral desses córregos para o desenvolvimento da infra-estrutura viária, com o fito de atender a custo mínimo ambos objetivos de planejamento.
- 1.08 O programa proposto neste documento inclui, portanto, a execução de ambos tipos de obras, pois desta forma se contribuiria parcialmente para resolver ao mesmo tempo a deficiência dos serviços de esgotos pluviais e melhorar as condições de tráfego na cidade.

B. Dados Básicos

- 1.09 Mutuário e executor: O mutuário e executor deste programa será a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).
- 1.10 Fiador: O fiador será a República Federativa do Brasil.
- 1.11 Data da solicitação e sua prioridade: O pedido de empréstimo foi apresentado ao Banco mediante comunicação do Secretário de Vias Públicas do Estado de São Paulo, datada de 5 de março de 1986. A prioridade do programa, atribuída pela Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), foi transmitida no mês de abril de 1986.
- 1.12 Objetivos e descrição: O objetivo fundamental do programa é melhorar a qualidade de vida dos residentes da cidade de São Paulo, aliviando o problema das inundações e drenagem em pontos críticos e melhorando as condições de congestionamento do tráfego na cidade. Para atingir esse objetivo, propõe-se a execução de um programa global de obras múltiplas que compreende a construção de obras para a ampliação, realocação e retificação dos regatos e canais dos córregos e rios de drenagem da cidade e a subsequente pavimentação das vias públicas nas bordas desses canais. O programa inclui, ainda, a aquisição de equipamentos mecânicos para limpeza e manutenção do sistema de drenagem da cidade.

- 1.13 Custo e financiamento do programa: O custo total do programa foi calculado preliminarmente em US\$207,5 milhões. O montante do financiamento solicitado sobe ao equivalente de US\$77,5 milhões em divisas, à conta dos recursos do capital inter-regional do Banco, representando 37,4% do custo total do programa. A contribuição local, no equivalente a US\$130 milhões, seria constituída pelos recursos internos da Prefeitura de São Paulo e por empréstimos provenientes do Banco Nacional da Habitação (BNH), em quantias iguais, ou sejam, US\$65.000.000 cada um.
- 1.14 Termos e condições do empréstimo: São as seguintes as condições básicas do empréstimo:

<u>Características</u>	<u>Empréstimo IC</u>
Montante	US\$77,5 milhões
Prazo de amortização	20 anos
Prazo de carência	4 anos
Início material das obras	2 anos
Período de desembolso	4 anos
Juros	Variáveis
Comissão de crédito	1,25%
Inspeção e vigilância	1,0%

II. QUADRO DE REFERÊNCIA

A. Problemas Ambientais do Município e da Cidade de São Paulo

- 2.01 O município de São Paulo é um dos 38 que fazem parte da Região Metropolitana (RMSP). Tem a superfície de 1.370 km² e 10 milhões de habitantes, correspondentes a 75% da RMSP. Conta com elevada taxa de crescimento populacional, o que permite prever que no ano 2000 chegará a 16 milhões de habitantes. A zona urbana ocupa cerca de 70% da área do município, que mede um pouco mais que 900 km².
- 2.02 O acelerado processo de industrialização que a partir de 1930 caracterizou a nação teve por base de sustentação a cidade de São Paulo, fenômeno que transformou esse centro urbano num dos mais importantes do país, resultado que se vem aprofundando com o passar do tempo.
- 2.03 Foi assim que, do ponto de vista das finanças públicas, a cidade veio a contar com o orçamento municipal mais importante do país; na verdade, em termos comparativos, é o quinto no Brasil, vindo depois do orçamento federal e dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além disso, a cidade de São Paulo produz 18% do PNB do país e arrecada 20% do total dos impostos federais, estaduais e municipais.

- 2.04 Essa enorme importância, tanto financeira como industrial, faz com que os problemas da cidade tenham funda repercussão em nível nacional, o que se sucede também com as limitações que a cidade enfrenta, tanto em termos ambientais como de disponibilidade de terras para sua ocupação, produzindo um efeito que vai além do âmbito da capital paulista.
- 2.05 Muito embora disponha de consideráveis recursos, estes muitas vezes são insuficientes para atender às necessidades da elevada população, necessidades que se traduzem em demanda de grande quantidade de obras diversas, tais como transporte, saneamento, saúde, urbanização, etc.
- 2.06 Na área do saneamento, conquanto o serviço de água potável seja extenso, ainda há muito trabalho a fazer no que tange à ampliação do tratamento de água, do serviço de esgotos e controle ambiental e de saneamento. Neste domínio, por causa dos elevados estragos anualmente produzidos na cidade na época de forte chuvas e pelo efeito que produz sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente, destacam-se os problemas de drenagem, tanto a macrodrenagem como a microdrenagem. As enchentes que se repetem periodicamente, de maneira catastrófica, produzem grandes perdas e prejuízos à propriedade e incidem na propagação de doenças epidêmicas, o que torna essencial a execução de um programa que leve em conta a aplicação racional dos recursos, procurando atender, prioritariamente, as áreas mais críticas e propor, na medida do possível, soluções simples e econômicas.
- 2.07 Em virtude do acelerado crescimento da urbanização e da forma desordenada em que esta vem se processando, os transtornos causados pelas chuvas agravam-se de ano a ano, alcançando dimensões dramáticas em extensas áreas submetidas a cheias, erosão e deslizamentos de terra. São problemas que se agravam, principalmente por causa da ocupação indevida do solo. O leito dos cursos da água são invadidos por construções até suas margens, ao passo que as terras marginais são transformadas em loteamentos que não garantem aos habitantes, normalmente de baixo nível de renda, nenhuma infra-estrutura de controle de erosão ou que ofereça condições de segurança contra deslizamentos de terra.
- 2.08 Outro problema relevante, que vem ocorrendo sistematicamente, é que nem todas as estruturas de drenagem (canalização, galerias, microdrenagem, etc) são objeto de manutenção periódica por parte dos organismos públicos responsáveis o que, com o acesso e o sedimento provenientes da erosão e do lançamento indiscriminado de detritos por parte da população, aprofunda ainda mais o problema das enchentes. Além disso, o planejamento dos trabalhos torna-se difícil por causa das deficiências do cadastro das estruturas de drenagem. Esse fato, além de dificultar a manutenção periódica, faz com que o município perca o controle de parte do seu sistema de drenagem.

B. A Macrodrenagem no Município e na Cidade de São Paulo

- 2.09 Neste caso, consideram-se obras de macrodrenagem as realizadas pelos organismos estaduais nos três rios principais que servem a zona urbana da cidade. Essencialmente, essas obras consistem na retificação, alargamento e aprofundamento do leito dos rios, bem como a construção de represas, obras complementares e estações de bombeio.
- 2.10 Os principais rios que atravessam a cidade são o Tietê, o Pinheiros e o Tamanduateí. Existem na RMSP outros rios de importância, cuja bacia hidrográfica, entretanto, não influencia a cidade como sucede com o Paraíba, o Juquiá, o Sorocaba e o Jundiá.
- 2.11 Na cidade de São Paulo, a macrodrenagem é da responsabilidade do Governo Estadual, por intermédio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) nos rios Tietê e Tamanduateí e da Eletropaulo, no Pinheiros, por ser este último rio utilizado também para fins energéticos.
- 2.12 Levando em conta que as obras de controle de macrodrenagem influenciam as áreas afetadas pela microdrenagem, figura na Seção B do Capítulo II do Relatório de Projeto uma breve descrição da situação dos rios e das obras neles executadas, embora algumas dessas estejam fisicamente localizadas fora da cidade.
- 2.13 Cumpre destacar que com as obras já realizadas e com as que se encontram em construção e programadas para entrar em operação até 1993, o Governo do Estado espera reduzir os riscos de inundação desses rios.

C. A Microdrenagem no Município e na Cidade de São Paulo

- 2.14 Por seu lado, as obras de microdrenagem referem-se, neste caso, aos trabalhos complementares levados a cabo nos córregos menores por outras prefeituras do Estado de São Paulo. Estas obras relacionam-se com canalizações e galerias fechadas nos córregos e/ou regatos que drenam essas bacias hidrográficas: as bocas de lobo, as valetas, as manilhas de 40 cm e maiores, bem como os poços de registro.
- 2.15 A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), tem jurisdição total sobre todos os projetos, obras e manutenção de todos os cursos de água do município, por meio da sua Secretaria de Vias Públicas, que tem o encargo de planejar, executar e fiscalizar, todas as obras públicas de canalização de curso de água e serviços complementares.
- 2.16 A PMSP financia suas obras com recursos próprios e principalmente com o auxílio de empréstimos do Banco Nacional da Habitação (BNH), mediante uma linha de crédito especial, denominada Fundo para Projetos de Drenagem e Saneamento (FIDREN).
- 2.17 Para fins de elaboração de projetos, construção, operação e manutenção das obras de drenagem e para servir mais imediata e

eficientemente a população, a cidade foi administrativamente dividida em 21 Administrações Regionais. A extensão total dos ribeirões e córregos existentes nessas 21 Administrações Regionais é de aproximadamente 1.552 km, nos quais se encontram 54 bacias principais, com mais de 20 m³/s na desembocadura do curso de água receptor conforme detalhe no Anexo II-2.

- 2.18 O quadro abaixo ilustra a situação do sistema de microdrenagem no Município de São Paulo:

<u>CÓRREGOS</u>	<u>EXTENSAO EM QUILOMETROS</u>		
	<u>Município- Inteiro</u>	<u>Zona Urbana</u>	<u>Zona Urbanizada e de Proteção das Nascentes</u>
Extensão total dos córregos	<u>1.552</u>	<u>1.000</u>	<u>552</u>
Córregos não canalizáveis por ter fluxo inferior a 20 m ³ /s	600	400	200
Córregos canalizados com fluxos variável de 20 a 260 m ³ /s	352	350	-
Córregos a serem canalizados	600	250	

- 2.19 Até a presente data, dos 600 km canalizáveis na zona urbana de São Paulo, a Prefeitura já fez obras num total de aproximadamente 350 km, que representa a cobertura de 58%. Os outros 250 km, localizados em 36 dos 54 córregos antes mencionados, apresentam cerca de 300 pontos críticos de inundação; aproximadamente 2,5 milhões de pessoas residem na área de influência desses córregos. A área de influência desses 300 pontos que ainda precisam ser controlados é de uns 85.300 ha.

- 2.20 Atualmente a Prefeitura executa, com grande esforço e dificuldade por causa da falta de equipamento, trabalhos de manutenção nos 1.000 km de córregos da zona urbana, nos 350 km revestidos e nos 650 km ainda não revestidos, por meio da Secretaria Geral de Subprefeituras. Mantém e limpa anualmente cerca de 120 km de córregos e, mediante contrato, outros 180 km, num total de 300 km atendidos, cifra considerada insatisfatória pois a cobertura ideal a ser alcançada deveria aproximar-se dos 40%, segundo os parâmetros fixados pela PMSP.

D. O Programa de Controle Ambiental e de Inundações no Município de São Paulo

- 2.21 O programa de controle ambiental e de inundações da cidade de São Paulo pauta-se pela Deliberação 1, de 10 de outubro de 1983, do

Conselho Deliberativo da Grande São Paulo (CODEGRAN), que estabelece as diretrizes para toda a Região Metropolitana.

- 2.22 Do ponto de vista da macrodrenagem, esse programa considera 18 atividades das quais 5 foram totalmente executadas, estando outras 5 em execução e 8 em estudos terminados ou em andamento.
- 2.23 No que se refere à microdrenagem, o programa prevê o fortalecimento das atividades destinadas a manutenção dos 1.000 km de córregos existentes na área; o estabelecimento de um programa de emergência, destinado a controlar a situação dos pontos que requerem atenção mais imediata e para os quais é possível identificar soluções simples; e a canalização dos 250 km de córregos que ainda faltam construir.
- 2.24 As atividades de manutenção no que se refere a drenagem procuram impedir o lançamento de detritos nos cursos de água, tanto por meio de campanhas educativas como do bom atendimento e funcionamento dos serviços de coleta de lixo, além da exigência de implantar estruturas de drenagem e controle de erosão em loteamentos ou em obras de terraplenagem.
- 2.25 O programa de emergência de controle de inundações, incorporado nas ações de microdrenagem, inclui medidas de solução ou atenuação dos danos produzidos pelas enchentes dos cursos de água que poderiam ser considerados de pequena envergadura. Neste campo, o objetivo dos trabalhos é reduzir os transtornos causados pelas inundações, erosões e deslizamentos, com o auxílio da ação coordenada de vários órgãos que têm atribuições e responsabilidades nesse setor, assim desenvolvendo um conjunto de obras não consideradas de caráter definitivo, mas que permitam antecipar-se aos problemas das cheias que se apresentam repetidamente e nos mesmos pontos nas épocas de chuva.
- 2.26 No que concerne às obras para canalização de 250 km pendentes de construção, foram propostas obras para o controle das seguintes áreas na zona urbana:

<u>CÓRREGOS</u>	<u>Zona Urbana</u> (km)
A canalizar, com fluxos de 20 a 260 m ³ /s	<u>250</u>
16 canalizáveis nos próximos 4 anos	58
6 com interferência em municípios vizinhos	24
Outros canalizáveis a prazo médio e longo	168

- 2.27 Com relação à área canalizável nos próximos 4 anos, uma parte da mesma - extensão aproximada de 43 km - constituiria o programa a ser

financiado pelo BID. A parte restante, de 15 km, seria executada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com recursos próprios.

E. O Setor de Transportes no Município de São Paulo

1. Antecedentes

- 2.28 O sistema viário existente tem como característica a falta de continuidade em muitas das suas principais vias estruturais, o que acarreta a insuficiência de ligações entre os bairros da periferia e entre as grandes avenidas, que principiavam no centro da cidade. Esta situação é agravada pela inexistência de vias complementares nas áreas ainda desocupadas. Neste contexto, o terreno junto aos córregos não canalizados apresentam-se como boa alternativa para implantação de novas vias arteriais, que poderiam ser construídas juntamente com a canalização dos respectivos córregos, multiplicando o benefício das obras e reduzindo os custos em termos comparativos aos que seriam se o trabalho fosse executado separadamente.

2. O sistema de transporte

- 2.29 O sistema de transporte da cidade de São Paulo é constituído por um conjunto de modalidades de transporte terrestre (rodovias, ferrovias e metrô) e aéreo.
- 2.30 O sistema viário é composto de rodovias federais, estaduais e municipais. As federais e estaduais formam as principais ligações inter-estaduais, inter-regionais e inter-municipais. As vias municipais atendem toda a circulação interna do município e a interligação com os municípios limítrofes.
- 2.31 A rede viária municipal compõe-se de vias expressas, arteriais, coletoras, secundárias e locais. A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) tem jurisdição total sobre a inteira rede municipal no que se refere a planos, projetos, obras, manutenção e operação.

3. A rede viária municipal

- 2.32 A rede viária municipal de São Paulo classifica-se por critérios que englobam as principais características de tráfego e de uso do solo ou sejam, volume, composição e operação de tráfego e distância da viagem. A descrição dos tipos de vias figura no Anexo II-3 do Relatório do Projeto.
- 2.33 Obedecendo a esses critérios, a rede viária pode ser dividida em três grupos de vias cada qual com suas respectivas subcategorias, como indica o quadro seguinte:

<u>Rede Viária Municipal</u>	<u>Extensão (km)</u>
Rede Primária	<u>635</u>
. Vias expressas	145
. Vias Arteriais I	179
. Vias Arteriais II	311
Rede Secundária	<u>1.955</u>
. Vias Coletoras/Auxiliares I	363
. Vias Coletoras/Auxiliares II	628
. Vias Secundárias	964
Total	<u>2.590</u>

4. Programa e diretrizes do setor viário em nível municipal

- 2.34 Em 1982 a SEMPLA elaborou o Segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Esse plano assinala as diretrizes e os objetivos básicos da municipalidade a serem discutidos pela comunidade e, uma vez aceitas, detalharia os planos correspondentes. Especificamente, no que se refere ao sistema viário, foram reconhecidas as necessidades de ampliação para dar continuidade à rede viária primária e atender aos principais bairros periféricos. Esses critérios, embora ainda se mantenham vigentes, foram implantados com lentidão devido a restrições de natureza orçamentária.
- 2.35 Em 1985 a SEMPLA elaborou o Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000. Esse plano encontra-se atualmente em discussão pelas autoridades competentes e sua aprovação imprimirá forte impulso e apoio ao programa de que é objeto este estudo.

III. O PROGRAMA

A. Objetivos e Metas do Programa

- 3.01 O programa tem a finalidade múltipla de construir canalizações e vias públicas em certos trechos de córregos, que fará diminuir as freqüentes enchentes nas respectivas áreas de influência, melhorando-se as condições de tráfego dos veículos da área. Especificamente, os objetivos do programa seriam:
- (a) melhoramento ambiental da área urbana de São Paulo.
 - (b) forte diminuição das enchentes, com benefícios vários que advirão para aproximadamente 1,8 milhões de habitantes da zona (18% da população da PMSP);

- (c) diminuição da congestão do tráfego das áreas próximas aos córregos.

3.02 São as seguintes as metas a serem alcançadas pelo programa:

- (a) cobertura de cerca de 18% da área de córregos a ser canalizados na zona urbana do município (250 km), mediante a construção de 43 km de canalizações, além da ampliação, retificação e melhoramento de 12 trechos dos principais córregos que drenam os três principais rios da área;
- (b) melhoramento das condições de tráfego, mediante a construção de 41 km de vias públicas nas margens dos córregos, o que permitirá aliviar o congestionamento das respectivas áreas de influência, promovendo mobilização mais rápida, mais segura e permanente;
- (c) aumento da cobertura anual de manutenção de 1.000 km de córregos na zona urbana, passando dos 30% atuais a 35%, mediante a aquisição de equipamento para manutenção dos córregos localizados na área de responsabilidade da PMSP o que elevaria de 120 a 175 km a capacidade da prefeitura.

B. Descrição do Programa

- 3.03 O programa compreende a construção de aproximadamente 27 km de canalizações abertas em sete trechos de córregos e 16,5 km de condutos fechados em outros cinco trechos de córregos bem como a construção de aproximadamente 41 km de vias públicas em ambas as margens dos canais ou por cima dos condutos fechados. Com essas canalizações espera-se diminuir aproximadamente 60 pontos ou áreas de inundação, das 300 que ocorrem anualmente na estação das chuvas (dezembro a março) no município de São Paulo.
- 3.04 Completa o programa a aquisição de equipamento de manutenção das galerias para renovar aproximadamente 20% do equipamento utilizado em tais atividades. Consistiriam de: 8 equipamentos para dragagem (draglines), 12 retroescavadoras, 8 tratores de esteira, 30 caminhões basculantes, 4 carretas de reboque e 4 escavadoras hidráulicas com valor equivalente a US\$4,5 milhões.
- 3.05 A amostra representativa, descrita detalhadamente no Anexo IV-1, permite identificar com maior precisão a natureza das obras que seriam executadas dentro do projeto.

C. Custo e Financiamento do Programa

1. Custo

- 3.06 O custo total do programa foi calculado no equivalente a US\$207,5 milhões, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento figura no quadro seguinte:

Custo Total do Programa Por Categorias
de Investimento e Fontes de Financiamento
(em milhares de US\$)

<u>Categorias de Investimento</u>	<u>Empréstimo BID</u>		<u>Contribuição Local</u>		<u>Total</u>	<u>%</u>
	<u>IC</u> <u>Divisas</u>		<u>BNH</u>	<u>PMSP</u>		
I. <u>Engenharia e Administração</u>	-	-	-	18.500	18.500	8,9
1.1 Estudos e Desenhos	-			5.500	5.500	
1.2 Administração e Supervisão	-			13.000	13.000	
II. <u>Custos Diretos</u>	64.620	49.000		13.280	126.900	61,2
2.1 Canais	45.120	29.000		8.280	82.400	
2.2 Vias Públicas	15.000	20.000		5.000	40.000	
2.3 Equipamento de manutenção	4.500	-		-	4.500	
III. <u>Custos Concorrentes</u>	-	16.000		16.000	32.000	15,4
3.1 Terrenos, direitos e servidões	-	16.000		16.000	32.000	
IV. <u>Despesas Financeiras</u>	12.880			17.220	30.100	14,5
4.1 Juros	12.105			15.350	27.455	
4.2 Comissão de Crédito	-			1.870	1.870	
4.3 Inspeção e Vigilância	775	-		-	775	100,0
Totais	77.500	65.000		65.000	207.500	
Percentagens	37,4%	31,3%		31,3%	100%	

3.07 O cálculo de custos foi preparado levando em conta preços vigentes em outubro de 1986. Foram considerados razoáveis o método e os critérios empregados na elaboração da estimativa. Os custos diretos foram calculados na base de 4 orçamentos detalhados, correspondentes à amostra representativa de 4 canalizações em igual número de córregos, que por sua vez tomarão como base desenhos elaborados para os diferentes projetos. Os equipamentos de manutenção e limpeza das canalizações foram calculados com base nos dados disponíveis, atualizados, cobrindo a lista dos que deverão ser adquiridos. Os custos concorrentes foram estabelecidos como base no valor estimado dos imóveis afetados pelas obras. As despesas financeiras foram acrescidas de acordo com as condições em que são concedidos os recursos do BID e do Banco Nacional da Habitação (BNH).

2. Financiamento do BID

- 3.08 O Banco contribuirá para o financiamento do programa proposto com um empréstimo em divisas no equivalente a US\$77.500.000 que proviria dos recursos do seu Capital Inter-regional e que representaria aproximadamente 37,4% do custo total. A percentagem do financiamento correspondente enquadra-se nas políticas do Banco (GN-33-1) para empréstimos nos setores de transporte (30%) e saneamento básico (40%) para países do grupo A, ao qual pertence o Brasil.
- 3.09 Os recursos de empréstimo do Banco serão utilizados para cobrir parcialmente os materiais, bem como os custos diretos da construção das obras (51%) com seus respectivos imprevistos e reajustes, totalidade do custo do equipamento de manutenção, os juros produzidos no período de execução e a contribuição ao Fundo de Inspeção e Vigilância.

3. Contribuição local de contrapartida

- 3.10 Os recursos financeiros da contribuição local, no total equivalente a US\$130.000.000 (62,6% do total do programa), proviriam de recursos internos da Prefeitura de São Paulo e de empréstimos oriundos do Banco Nacional da Habitação (BNH) em importâncias iguais, isto é, de US\$65.000.000 cada um. A viabilidade e a oportunidade das contribuições estão demonstradas no Capítulo V desta proposta.
- 3.11 Os recursos de contrapartida serão utilizados para cobrir 49% dos custos diretos de construção e a totalidade das restantes categorias de investimento bem como os respectivos imprevistos, reajuste de preços e as despesas financeiras correspondentes ao empréstimo do BNH e a comissão de crédito correspondente ao empréstimo do BID.

IV. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A. Entidade Executora

- 4.01 A execução do programa seria da responsabilidade da Secretaria de Vias Públicas (SVP) da PMSP, por meio de uma Unidade Executora que seria criada para gerir o programa. A criação dessa Unidade Executora seria pré-requisito do primeiro desembolso do empréstimo do Banco. 1/ A unidade contará com pessoal básico de cinco funcionários e com o apoio do pessoal designado pela SVP, que se calcula em 75 pessoas.
- 4.02 A SVP teria capacidade técnica e administrativa suficiente para levar avante o programa proposto na forma prevista. Além disso, dispõe de larga experiência na execução de projetos semelhantes. Isso não

1/ Ver Resolução.

obstante, a Prefeitura planeja contratar os serviços de uma firma especializada que tenha experiência na gerência de programas deste tipo para colaborar com a Unidade Executora na administração e supervisão do programa proposto. Essa firma deverá ser contratada dentro do prazo de seis meses contados a partir da data do contrato. 1/

- 4.03 A supervisão e administração do programa por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) seriam feitas pela Unidade Executora, dependente da Secretaria de Vias Públicas (SVP). A Unidade Executora teria um grupo básico de cinco funcionários e contaria com o apoio de uma firma consultora especializada no acompanhamento das obras assim como do pessoal designado pela SVP, especialmente da Superintendência de Obras Viárias, que complementaria as atividades de supervisão e administração.

B. Estado de Preparação do Programa

- 4.04 A PMSP já conta com os desenhos necessários para convocar as licitações para os projetos que formam a amostra representativa. Os mesmos foram revistos pelo Banco chegando-se à conclusão de que a sua elaboração foi feita de forma satisfatória. Além disso, a PMSP conta com a programação detalhada para a elaboração dos demais projetos para as obras do programa, fixando sua prioridade de acordo com o cronograma de execução, de tal maneira a poder dispor em forma oportuna de seus desenhos e documentos de licitação para aquisição de materiais e construção das obras do programa.

C. Amostra Representativa

- 4.05 Dentre os projetos disponíveis na data da missão de análise foi selecionada a amostra representativa utilizada para a análise deste programa. Esta amostra é formada de quatro projetos de canalizações e vias que representam 39% dos custos diretos do programa. A extensão das canalizações é de aproximadamente de 16 km, isto é, 37% do total calculado de 43 km a construir-se sendo de 14,5 km a extensão das vias públicas dos quatro projetos, o que representa 35% do total programado de 41 km. No Anexo IV-1 do Relatório de Projeto encontra-se uma descrição dos projetos que fazem parte da amostra representativa.

D. Critérios de Seleção das Obras

- 4.06 Como se assinalou anteriormente, na cidade de São Paulo existe um total de 36 bacias hidrográficas com aproximadamente 600 km de córregos canalizáveis, os quais 350 km já estão canalizados.

1/ Ver as Recomendações.

Desse total foram selecionados projetos da amostra e serão escolhidos os outros projetos a serem incluídos no financiamento do Banco. Os projetos deverão obedecer aos seguintes critérios:

- i) pertencer a bacias com vazão superior a $20 \text{ m}^3/\text{s}$, segundo um período de chuvas de 25 anos.
- ii) satisfazer características de prioridade segundo os seguintes conceitos:
 - a) bacias de relativa alta densidade populacional atual;
 - b) bacias de número relativamente alto de famílias afetadas pelas enchentes;
 - c) bacias nas quais as vias a serem construídas forem do tipo arterial, de primeira e segunda categoria, completamente integradas e complementando a rede viária existente.
- iii) demonstrar a rentabilidade sócio-econômica superior a 12%, de acordo com o método seguido na avaliação de projetos da amostra representativa.

E. Aquisição de Bens e Serviços

1. Normas de aquisições e contratações

- 4.07 Na aquisição de equipamentos, materiais e outros bens do programa e na contratação de obras financiadas total ou parcialmente com os recursos do eventual empréstimo do Banco seria utilizado o sistema de licitação pública internacional em todos os casos em que o valor das referidas aquisições ou contratos superasse o equivalente de US\$200.000. Essa norma é substancialmente idêntica ao que se combinou com o Governo do Brasil para outras operações.

2. Plano de licitações para a aquisição de bens

- 4.08 Para a aquisição de bens e equipamentos requeridos na execução do programa, a PMSP tem programada a realização de não mais de duas licitações internacionais no valor aproximado de US\$4.500.000 inclusive imprevistos e reajuste de preços.

3. Plano de licitações para a contratação de obras

- 4.09 Para a execução das obras civis prevê-se a realização de 12 licitações de caráter internacional no valor total aproximado de US\$122.400, incluídos imprevistos e reajustes. Aparece a seguir o quadro tentativo dessas 12 licitações:

<u>Licitação</u> <u>No.</u>	<u>Custo</u> <u>Total</u> <u>Propostas</u>	<u>Abertura</u> <u>Propostas</u>	<u>Fechamento</u> <u>Propostas</u>	<u>Início</u> <u>Obras</u>	<u>Término</u> <u>Obras</u>
1/87	10.120	04/87	06/87	07/87	07/88
2/87	1.900	04/87	06/87	07/87	07/88
3/87	6.770	07/87	09/87	10/87	10/88
4/87	5.360	09/87	11/87	12/87	11/88
5/87	18.270	11/87	01/88	02/88	04/90
6/87	11.100	12/87	02/88	04/88	01/90
1/88	18.510	01/88	03/88	04/88	04/90
2/88	17.950	03/88	05/88	06/88	07/90
3/88	5.010	04/88	06/88	07/88	10/89
4/88	4.920	05/88	07/88	08/88	04/90
5/88	10.280	07/88	09/88	10/88	07/90
6/88	12.210	07/88	09/88	10/88	10/90

F. Cronograma de Investimentos

- 4.10 Os recursos do eventual empréstimo do Banco e da contrapartida local, tanto da PMSP como do empréstimo do FIDREN (BNH) seriam desembolsados no período de 4 anos, contados a partir da data da vigência do contrato de empréstimo. Segundo o PPEP, o cronograma de investimentos do programa seria assim resumido:

(Em milhares de US\$ ou seu equivalente)

	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>	<u>Ano 3</u>	<u>Ano 4</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Empréstimos BID (IC)	12.640	24.910	22.400	17.550	77.500	37,4
PMSP	14.200	24.800	13.800	12.200	65.000	31,3
Empréstimo FIDREN (BNH)	<u>14.200</u>	<u>24.800</u>	<u>13.800</u>	<u>12.200</u>	<u>65.000</u>	<u>31,3</u>
Total	41.040	74.510	50.000	41.950	207.500	100,0
Percentagens	19,8	35,9	24,1	20,2	100,0	

G. Situação da Aquisição de Terrenos

- 4.11 Pelas áreas identificadas para fazer parte do programa prevê-se que o total de imóveis a serem expropriados nos lugares afetados pelas obras do projeto chegará a 2.600. Existe no Brasil legislação reguladora de todo o procedimento de expropriação e o departamento da PMSP responsável pela sua aplicação expropriou nos últimos nove anos cerca de 7.000 imóveis; a média anual de imóveis expropriados, cerca

de 800, reduziu-se nos últimos anos em função da disponibilidade de recursos financeiros da PMSP para realizar obras de grande envergadura, tendência que se inverterá em virtude do aumento de recursos da Prefeitura, decorrente da recente revisão das bases tributárias.

- 4.12 A PMSP vem aplicando sem maiores problemas as leis reguladoras do procedimento de expropriação. A fim de prevenir possíveis atrasos nas obras, recomenda-se, como política usual do Banco, que antes da abertura das licitações ou do início das obras, conforme o caso, a Prefeitura apresente ao Banco provas de que conta com a posse legal ou outros direitos pertinentes sobre os terrenos em que vai realizar as obras.

H. Relocalização das Famílias

- 4.13 Além dos 2.600 imóveis de propriedade privada que - segundo se estima - serão expropriados, o programa afetará aproximadamente 4.500 famílias de baixa renda que ocupam, sem qualquer título e em condições habitacionais muito deficientes alguns desses imóveis e outros, propriedade do Município de São Paulo e pessoas que devem necessariamente ser realocizadas e/ou indenizadas.
- 4.14 No triênio 1986-88, a PMSP propõe-se a efetuar, por intermédio da Companhia Metropolitana da Habitação (COHAB) um Programa Global de Habitações que construirá, até dezembro de 1988, um total de 102.404 unidades habitacionais das quais 17.000 serão destinadas a pessoas que ocupam habitações subnormais e que tenham rendas entre 1 e 3 salários mínimos (Subprograma de Desfavelamento da COHAB). Essas 17.000 unidades ficarão construídas até dezembro de 1987. A COHAB já conta com a totalidade dos terrenos necessários para a construção das 102.404 unidades habitacionais programadas e já tem contratados ou em via de contratação os projetos relativos a 79% das referidas unidades. Assim, por intermédio da Secretaria de Habitação (SEHAB), a PMSP programou para 1987 a construção de 3.000 moradias adicionais para famílias de baixa renda. Para esse total de 20.000 moradias, a PMSP incluiu em seu orçamento de 1987 o equivalente a US\$73 milhões.
- 4.15 A PMSP comprometeu-se com o Banco a realocar e/ou indenizar a população de baixa renda afetada pelas obras do programa. Na realocização se evitará levar a população a lugares muito distantes de onde habita atualmente; serão providenciados lotes mínimos que permitam ampliações futuras da área construída dos módulos habitacionais; sempre que possível, as unidades habitacionais serão construídas em terrenos urbanizados; a compra das casas será em grande parte subsidiada pelo orçamento da PMSP, pois cada família pagará de acordo com as suas possibilidades. Em casos especiais poderá ser paga uma indenização que substituirá a concessão da casa. A realocização e/ou indenização acompanhará o cronograma de execução das obras do programa, a fim de evitar novas invasões de terrenos.

- 4.16 Em decorrência do anterior, o eventual contrato de empréstimo incluirá uma recomendação estabelecendo que, antes de convocar cada licitação ou antes do início das obras, segundo o caso, a PMSP deverá apresentar ao Banco o plano de realocação e/ou indenização dos residentes de habitações subnormais afetados pelas obras, o respectivo cronograma de execução e prova de que conta com os recursos necessários para a sua execução. Esse plano, além de levar em conta os aspectos assinalados no parágrafo anterior, deverá incluir uma análise da situação econômica e social das comunidades e famílias afetadas, bem como a quantificação de seus bens pessoais e comunitários. Também deverá apresentar os critérios com que foram selecionadas as áreas de realocação, em cuja fixação deverão participar as famílias e comunidades afetadas, às quais deverão ter sido apresentadas as diferentes alternativas de realojamento (Ver Seção VII Anexo A do Contrato de Empréstimo). O mutuário se comprometerá a enviar relatórios periódicos ao Banco informando, sobre os resultados das realocações. 1/

I. Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem e Estradas

- 4.17 A PMSP efetua a manutenção e a limpeza dos córregos, tanto dos revestidos (350 km) como os não revestidos (650 km) dentro da área urbana do município, por meio da Secretaria Geral das Subprefeituras (SEGESP). Existem, além disso, cerca de 550 km de córregos não revestidos dentro do município, localizados na zona de proteção das nascentes que abastecem a RMSP.
- 4.18 As atividades de manutenção e repavimentação da rede viária também é realizada pela SEGESP por meio das Administrações Regionais que contam com pessoal e equipamento especializados, inclusive usinas de asfalto. Baseando-se no grau de suficiência com que a Prefeitura executa suas operações de manutenção viária, a pequena proporção entre a extensão das obras do programa e a extensão total da rede viária de São Paulo e as boas condições de conservação das mais variadas vias, observadas em visitas efetuadas pelo Banco, é razoável concluir que as novas vias serão adequadamente conservadas.
- 4.19 Com a finalidade de conseguir operação e manutenção satisfatórias do sistema hidrográfico e da rede viária do Município de São Paulo, recomenda-se incorporar um eventual contrato de empréstimo com a cláusula por meio da qual a PMSP se comprometeria a: (i) que as obras executadas no âmbito do programa sejam administradas, operadas e mantidas de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (ii) apresentar ao Banco nos 10 anos seguintes ao término das obras de canalização e de vias públicas, no primeiro trimestre de cada ano civil: um plano anual de manutenção do sistema de drenagem pluvial e viário de São Paulo e um relatório detalhado sobre a gestão do ano anterior com relação aos mesmos assuntos e sobre o grau de eficiência operacional, bem como o estado de conservação dos referidos sistemas do encerramento de cada ano anterior. 1/

1/ Ver Recomendações.

J. Aspectos Ecológicos e Ambientais

- 4.20 O programa tem por objetivo eliminar cerca de 60 áreas de inundações em 12 bacias hidrográficas do Município de São Paulo e diminuir os engarrafamentos do tráfego dessas áreas a serem beneficiadas. Os canais que vão ser ampliados, revestidos e com vias públicas nas margens, evitarão que prolifere a invasão ilegal de favelas nesses fundos de vale, o que reduzirá a proliferação de diversas doenças originadas pelas enchentes, tais como a leptospirose, as tifóides, a helmintíase, etc. Cabe destacar que atualmente a PMSP, por meio de três firmas privadas concessionárias, recolhe e dispõe, em seis aterros sanitários, três incineradores e três usinas de compostos, 72% do lixo domiciliar e 60% do lixo industrial gerado diariamente na cidade de São Paulo e que se calcula em 12.100 toneladas.
- 4.21 Com as obras do projeto da SABESP (BR-0074), para cujo financiamento o Banco participaria para elevar o nível de captação das águas residuais na RMSP, espera-se recolher parte das águas servidas que atualmente escorrem para diversos córregos entre os quais o da Moóca, Itaquera, Tiquatira, Gamelinha, Jaguaré e Cabuçu de Baixo. Nesses trechos, com o cumprimento total de 16,9 km, será interceptada quantidade considerável de águas servidas que seria levada, em grande medida, às estações de tratamento de Leopoldina e Pinheiros, já em operação, e à de Barueri que entraria em serviço em 1987.

K. Avaliação Ex-Post

- 4.22 Com o fito de identificar o impacto sócio-econômico do programa, chegou-se a um acordo com as autoridades da PMSP para que no final do terceiro ano, a partir do último desembolso do empréstimo, seja apresentado ao Banco um relatório de avaliação ex-post do programa, utilizando os mesmos métodos adotados na avaliação ex-ante descrita no Capítulo VI do Relatório de Projeto. 1/

V. MUTUÁRIO, EXECUTOR E FIADOR

A. Aspectos Institucionais

1. Mutuário, executor e fiador

- 5.01 O mutuário e executor será a Municipalidade de São Paulo com a garantia da República Federativa do Brasil.

2. Natureza e funções

- 5.02 O Município de São Paulo é uma unidade territorial do Estado de São Paulo, com autonomia política, administrativa e financeira. O

1/ Ver Recomendações.

governo do Município é exercido pelo Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) que exerce as funções legislativas e pelo Prefeito, que tem a seu cargo as funções executivas.

- 5.03 O Conselho Municipal é formado por 33 vereadores de eleição direta. Entre as principais atribuições do Conselho, com sanção do Prefeito, podemos mencionar, por sua vinculação com o programa em pauta: (i) legislar sobre tributos municipais; (ii) votar o orçamento anual e plurianual; e (iii) deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito.

3. Análise financeira histórica

- 5.04 Pela análise do período 1982-1986 conclui-se que as finanças municipais se caracterizaram pela diminuição progressiva da capacidade de poupança corrente a ser empregada no investimento em obras. Essa situação pode ser atribuída principalmente à menor arrecadação de impostos próprios por causa da inflação. Em consequência, deu-se o recurso ao endividamento interno e externo para atender as despesas de capital. A dívida externa apresenta um perfil de amortizações a prazo médio (5 a 6 anos), em contraste com a dívida interna que tem prazos mais longos (por volta de 18 anos).
- 5.05 A situação financeira, analisada pormenorizadamente no Capítulo V do Relatório de Projeto, demonstra que o município veio reduzindo a sua liquidez no período examinado, tornando-se necessário dispor de um sistema de refinanciamento, em especial para a dívida externa, para o que conta com o apoio do Governo Federal.
- 5.06 Como se demonstra nas projeções financeiras do Município, resumidas na Seção seguinte e apresentadas em detalhe na Seção D do Capítulo V do Relatório de Projeto, o aumento da arrecadação de rendas próprias, já iniciada nos anos 1985-1986, continuará melhorando em 1987 e anos seguintes, recuperando as finanças municipais a capacidade de investimento que as caracterizou nos períodos anteriores, como o do quinquênio 1977-1981.

4. Projeções financeiras

- 5.07 A projeção da renda corrente passaria do equivalente de US\$940,8 milhões em 1986 a US\$1.203,8 milhões em 1987, o que representa um aumento anual de 28%. Esse incremento é considerado viável pois significaria alcançar níveis semelhantes aos registrados no passado (US\$1.041 milhões em 1978), em que a inflação não tinha chegado a prejudicar os recursos municipais. O maior aumento dos recursos próprios em 1987 e 1988 depende principalmente do incremento do imposto predial e territorial, o que seria concretizado por meio da atualização da taxa de imóveis, mediante lei a ser sancionada pela Municipalidade em 1986.
- 5.08 As taxas municipais também sofrerão um significativo aumento por causa da atualização de sua base de cálculo (UFM), proposta na mesma lei do imposto predial. O imposto sobre os serviços já vinha

apresentando arrecadação crescente devido ao contínuo incremento das atividades terciárias. Isso não obstante, em 1987 haveria novo aumento para a atualização da UFM, que constitui a base de cálculo para os profissionais individuais, responsáveis pelo pagamento deste imposto. A arrecadação das rendas correntes no período 1988-1995 continuaria com um aumento de 5,9% anuais, consequência do crescimento vegetativo do total de contribuintes e do nível de atividade econômica.

- 5.09 Calcula-se que no período 1987-1995 as despesas correntes cresceriam na média anual de 2,9% para acompanhar as maiores exigências de gastos de operação e manutenção surgidas dos investimentos em obras e equipamentos. O total de gastos correntes passaria de US\$765,6 milhões em 1985 a US\$1.318,5 milhões em 1995.
- 5.10 A comparação entre rendas e despesas correntes para 1986 apresenta um saldo positivo equivalente a US\$21,4 milhões. A maior arrecadação de impostos correntes estimada para 1987, ante um incremento moderado das despesas correntes, daria lugar à obtenção de um superávit de rendas correntes de US\$198,9 milhões. Calcula-se que nos anos seguintes do período projetado, a Municipalidade de São Paulo manterá sua capacidade de poupança líquida da renda corrente, que variaria de um mínimo equivalente a US\$224,4 milhões de 1989 a um máximo de US\$582,8 milhões em 1995.
- 5.11 As despesas de capital em 1986 chegariam a US\$367,1 milhões. Para 1987, a proposta de orçamento, que inclui dotações para a execução do programa BID/PMSP, eleva este total a US\$417,9 milhões. A epígrafe de investimentos em obras, equipamentos e instalações, que em 1987 calcula um total de US\$304,2 milhões inclui, além do Programa BID, importantes execuções nos setores de educação, saúde, saneamento e transporte. Para o resto do período examinado os investimentos em obras são calculados no nível médio de aproximadamente US\$200 milhões por ano.
- 5.12 Depreende-se da projeção efetuada que, se forem tornadas realidade as principais suposições referentes ao crescimento da renda corrente e do refinanciamento parcial da dívida externa, não deveria haver problemas para proporcionar os fundos que correspondem ao Município dentro da contrapartida local do Programa BID/PMSP. Os superávits da renda corrente alcançariam um nível médio anual de US\$240 milhões, durante o período de execução do programa. A contribuição da contrapartida local, a cargo do Município seria no máximo de US\$24,8 milhões em 1988, representando 9% do superávit corrente anual mencionado.

5. Viabilidade da contribuição local

- 5.13 Como se mencionou anteriormente, o mecanismo financeiro para fornecer a contrapartida local ao Programa BID/PMSP funcionará através de uma contribuição de US\$65 milhões de recursos fiscais próprios do

Município e US\$65 milhões provenientes de um empréstimo a longo prazo do Banco Nacional da Habitação (BNH).

- 5.14 As colocações de empréstimos do BNH em 1985 chegaram ao equivalente de US\$1.413 milhões, alcançando US\$1.156 milhões em 1986 e subindo a cerca de US\$2 bilhões anuais em média em cada um dos três anos do período 1987-1989. O empréstimo necessário à contribuição local para o Programa BID/PMSP alcançará um total de US\$65 milhões a ser desembolsado em quatro anos, o que representa percentagem mínima das colocações anuais feitas pelo BNH. Considera-se, portanto, que esse financiamento está dentro da sua capacidade financeira e que se coaduna com seus objetivos de política de empréstimos, contando com a prioridade necessária.
- 5.15 Antes do primeiro desembolso, o mutuário deverá demonstrar ao Banco que o BNH concordou em participar no financiamento da contribuição local no montante não inferior ao equivalente de US\$65 milhões e que já foi formulado o convênio necessário para esse fim. 1/

VI. JUSTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

A. Viabilidade Administrativa e Financeira

- 6.01 Considera-se que existirá eficiente administração dos recursos financeiros destinados ao programa. Haverá uma Unidade Executora adequada para assegurar a coordenação, execução e controle das atividades do programa, unidade que para isso se apoiará na estrutura organizacional existente do Município e contará com a cooperação técnica especializada de uma firma nacional de engenharia.
- 6.02 As projeções financeiras indicam que a contribuição local ao programa, com débito ao Município, dependerão da concretização do aumento de recursos, especialmente os de competência exclusiva do mutuário e da continuação da política financeira vigente, consistente no refinanciamento parcial da dívida municipal, com o apoio do Governo Federal.
- 6.03 Os outros recursos de contrapartida local, que provirão do empréstimo do Banco Nacional da Habitação, são considerados viáveis do ponto de vista do volume de recursos administrados por este Banco, segundo as projeções financeiras examinadas.

B. Viabilidade Técnica

- 6.04 Os estudos, desenhos, planos e especificações de mais de 39% dos elementos que integrariam o programa foram elaborados por firmas de engenharia de reconhecida capacidade, utilizando parâmetros de

1/ Ver Projeto de Resolução.

desenho e princípios de engenharia civil e sanitária geralmente aceitos. A solução técnica dada a cada canalização e respectivo sistema viário foi considerada apropriada. Em 7 das canalizações, preliminarmente identificadas, serão utilizados canais abertos de tipo trapezoidal que seriam as soluções de custo mínimo; em certos trechos, por motivos de limitações de espaço e para evitar maiores expropriações de imóveis, seria utilizada a seção retangular revestida de concreto armado. Em 5 das canalizações seria utilizada galeria fechada sobre a qual correria a via pública que descongestionaria o tráfego local e passagem para algumas áreas de influência.

- 6.05 Os desenhos faltantes serão realizados por firmas particulares de engenharia de reconhecida capacidade e ficariam concluídos dentro dos primeiros 18 meses depois da vigência do eventual empréstimo do Banco. A PMSP tem ampla experiência em expropriações. Assim, não se prevêem problemas na realização das expropriações que o programa requer. Quanto ao realojamento das famílias de favelados, a PMSP já iniciou a execução de programas bem definidos. O orçamento da PMSP inclui a dotação de US\$73 milhões para o realojamento de 20.000 famílias, através dos programas da COHAB e SEHAB. A PMSP dará prioridade ao realojamento das 4.500 famílias incluídas no programa proposto.
- 6.06 Não se prevê dificuldades para o fornecimento de materiais ou de mão-de-obra. O cronograma de execução ajusta-se à realidade, levando em conta as características das obras e tendo programado a aquisição dos bens e a construção das obras. Todas as obras serão efetuadas por empresas construtoras privadas com bastante experiência nesse tipo de trabalho. A Unidade Executora disporá da colaboração de uma firma consultora especializada na gerência de obras do programa e contará, além do mais, com pessoal especializado da Superintendência de Obras e de Projetos da Secretaria de Vias Públicas num total médio de 75 funcionários experimentados, dos quais 22 seriam profissionais. Conseqüentemente, opina-se que a Unidade Executora teria a capacidade requerida para executar adequadamente o programa.
- 6.07 O orçamento do programa foi calculado levando em consideração não apenas os preços nacionais como efetuando comparações com os índices internacionais. O reajuste de custos durante a construção foi analisado e calculado segundo as instruções do Banco na matéria. Em resumo, todos os aspectos técnicos foram cuidadosamente avaliados, concluindo-se que a operação justifica-se tecnicamente.

C. Justificação Sócio-econômica

1. Resumo de resultados

- 6.08 O quadro seguinte resume os resultados dos principais fluxos de custos e benefícios quantificados para os projetos da amostra

representativa. Segundo ele, a execução simultânea das obras de drenagem e vias permite obter uma rentabilidade superior ao mínimo de 12% que o Banco exige. Essa taxa de retorno é traduzida, na amostra, em fluxos líquidos equivalentes a US\$59 milhões. Este resultado evidencia a significativa contribuição marginal das obras viáveis, que acrescentam benefícios líquidos da ordem de US\$49 milhões na amostra.

- 6.09 O quadro abaixo resume esses resultados, que figuram como maiores detalhes, para cada um dos córregos que constituem a amostra representativa, no quadro 6.4 da Seção G do Relatório de Projeto:

<u>Indicadores</u>	<u>Valores Atuais</u> (Em milhares de US\$)	
	<u>Total</u>	
	<u>Conjunto de Projeto</u>	<u>Apenas Drenagem</u>
Benefício líquido	58.755	9.360
TIR (%)	23,9	15,1
Razão benefício/custo	2,1	1,3
	=====	=====

- 6.10 Ao analisar o adiamento por um ano de cada um dos projetos verifica-se que representa uma perda de valor atual líquido da ordem de US\$3,3 milhões com respeito ao seu valor atual. Conclui-se por isso que a data de início das obras é ótima em todos os casos.
- 6.11 O conjunto de resultados citados permite concluir que os projetos selecionados na amostra satisfazem os requisitos de rentabilidade mínimos estabelecidos pelo Banco, havendo isso sido confirmado por meio de uma análise de sensibilidade, cujo detalhe aparece no quadro 6.5, do Capítulo VI do Relatório de Projeto. Adicionalmente, verificou-se que a oportunidade dos projetos é ótima no tempo.

2. Análise do impacto distributivo

- 6.12 O resultado líquido da distribuição de benefícios para o setor privado alcança cerca de US\$84,2 milhões, dos quais US\$19 milhões são captados pelos grupos de baixa renda. O coeficiente de impacto distributivo alcançaria 16%, representando uma transferência aos setores de baixa renda da ordem de US\$21,2 milhões por projetos da amostra, como o ilustra o quadro 6.6 do Capítulo VI do Relatório de Projeto.

VII. RECOMENDAÇÕES

- 7.01 Pelas razões já expostas julga-se que o programa proposto é viável do ponto de vista técnico, econômico, financeiro, institucional e jurídico. Conseqüentemente, recomenda-se a aprovação do empréstimo para o que são submetidos à consideração da Diretoria Executiva os seguintes documentos normativos:

Apêndice I	-	Projeto de Resolução
Apêndice II	-	Recomendações
Apêndice III	-	Descrição do Projeto (Anexo A do Contrato de Empréstimo)

PROJETO DE RESOLUÇÃO 1/

BRASIL. EMPRÉSTIMO /IC-BR AO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO
(Programa de Microdrenagem para o Município
de São Paulo)

A Diretoria Executiva

RESOLVE:

Conceder autorização ao Presidente do Banco, ou ao representante por ele designado, para que em nome e representação do Banco subscreva o contrato ou contratos que sejam necessários com o Município de São Paulo, do Brasil, como mutuário, e com a República Federativa do Brasil, como fiador, para conceder ao primeiro um financiamento destinado a cooperar na execução de um programa de microdrenagem para o Município de São Paulo (a seguir denominado o "programa"). Este financiamento estará sujeito, substancialmente, às seguintes disposições:

1. Valor e moedas: Até US\$77.500.000 ou quantia equivalente em outras moedas que façam parte dos recursos do capital inter-regional do Banco, para pagar bens e serviços adquiridos através de licitação internacional nos países membros do Banco e para os outros propósitos indicados no contrato de empréstimo. Os pagamentos das amortizações e dos juros serão efetuados na moeda ou moedas que o Banco oportunamente especificar, em uma soma equivalente ao valor do débito correspondente, calculada em unidades de conta em termos de dólares dos Estados Unidos da América, de acordo com as disposições que forem incorporadas ao contrato de empréstimo.
2. Fonte dos recursos: Os recursos do capital inter-regional do Banco.
3. Garantia: Fiança solidária da República Federativa do Brasil.
4. Comissão de Crédito: 1-1/4% ao ano sobre a parte não desembolsada do financiamento, comissão que começará a ser contada 60 dias após a data

1/ As disposições contidas neste Apêndice I e nos Apêndices II e III somente se tornarão definitivas quando a Diretoria Executiva houver aprovado a proposta de empréstimo.

do contrato e será paga em dólares dos Estados Unidos da América nas mesmas datas dos vencimentos dos juros.

5. Amortização: O mutuário amortizará o empréstimo no prazo de 20 anos contados da data do contrato, em prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação será paga em seis meses contados da data prevista para o último desembolso do financiamento. O Banco poderá creditar os pagamentos de amortização proporcionalmente ao saldo pendente de cada parcela do empréstimo com diferentes taxas de juros.
6. Juros: O mutuário pagará juros semestralmente sobre os saldos devedores do empréstimo. O primeiro pagamento deve ser efetuado seis meses após a data do contrato. Durante o período de desembolso, o Banco: (a) determinará a taxa de juros a ser aplicada, no primeiro dia de janeiro de cada ano e por toda a vida do empréstimo, a todo e qualquer montante desembolsado durante esse ano; e (b) poderá modificar a taxa de juros, de acordo com a política do Banco, a ser aplicada aos desembolsos do empréstimo durante a segunda metade do ano. A pedido do Mutuário, os recursos do financiamento poderão ser utilizados para o pagamento dos juros contados durante o período de desembolso.
7. Início Material e Desembolso: O prazo para início material de todas as obras do programa terminará em 2 anos contados da data da vigência do contrato e o prazo para o desembolso do financiamento terminará em 4 anos contados da mesma data.
8. Condições especiais:
 - (a) A utilização dos recursos do empréstimo deverá ser levada a efeito em sua totalidade pela Secretaria de Vias Públicas (a seguir denominada "órgão executor"). Se forem aprovadas modificações nas disposições legais ou nos regulamentos básicos concernentes ao mutuário e/ou órgão executor que, a critério do Banco, possam atingir substancialmente o programa, o Banco terá direito a requerer uma informação justificada e pormenorizada do mutuário, do órgão executor e/ou do fiador a fim de apreciar se a alteração ou alterações poderiam ter um impacto desfavorável na execução do programa. Somente após ouvir o mutuário, o órgão executor e/ou o fiador e apreciar suas informações e esclarecimentos, o Banco poderá adotar as medidas que julgar apropriadas, conforme as disposições que forem incorporadas ao contrato de empréstimo e ao contrato de garantia.
 - (b) Os recursos do empréstimo, destinar-se-ão a participar na execução de um programa cujo custo é estimado em montante equivalente a US\$207.500.000. Em consequência, os contratos de empréstimo e de garantia deverão conter as disposições que o Banco julgue convenientes para assegurar que, oportunamente, serão proporcionados, de acordo com um plano de investimentos que o Banco considere satisfatório, os recursos adicionais ao

empréstimo necessários para a completa execução do programa, em uma quantia que se estima ser equivalente a US\$130.000.000.

- (c) Antes do primeiro desembolso do empréstimo, o mutuário deverá demonstrar, de maneira satisfatória para o Banco, que:
 - (i) a Caixa Econômica Federal (CEF) concordou participar no financiamento da contrapartida local com um montante de, pelo menos, o equivalente a US\$65.000.000; e
 - (ii) foi criada a Unidade Executora do Programa, vinculada ao Secretário de Vias Públicas, com o pessoal e os recursos necessários ao seu funcionamento.
- (d) Na aquisição de maquinaria, equipamento e outros bens relacionados com o programa e na adjudicação de contratos para a execução de obras, o mutuário deverá utilizar o sistema de licitação pública em todos os casos em que o valor das referidas aquisições ou contratos exceda o montante equivalente a US\$200.000. As licitações sujeitar-se-ão ao procedimento que deverá figurar como anexo do contrato de empréstimo.
- (e) O Banco estabelecerá os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se da execução satisfatória do programa, e o mutuário, o órgão executor e o fiador deverão proporcionar toda cooperação requerida para o melhor cumprimento deste objetivo. Do montante do financiamento se destinará a soma de US\$775.000, às contas do Banco, para inspeção e supervisão geral.

RECOMENDAÇÕES

A. Além das condições que figuram no projeto de resolução, recomenda-se que no contrato de empréstimo ou de garantia, conforme o caso, sejam incluídas as seguintes condições, que deverão ser cumpridas de forma que o Banco considere satisfatória:

1. Salvo que o Banco estabeleça de outra maneira, antes de convocar a licitação pública ou, se não houver licitação, antes do início das obras, o mutuário, por intermédio do órgão executor, deverá submeter ao Banco:
 - (a) os planos finais a serem executados, especificações, orçamentos, bases específicas de licitações e demais documentos necessários para a convocação; e
 - (b) no caso de obras, prova de que se tem a posse legal dos terrenos, onde serão construídas as obras do Programa, das servidões ou dos direitos pertinentes.
2. O mutuário deverá comprometer-se a realocar e/ou indenizar, os moradores de habitação subnormal atingidos pelas obras do programa. Para isso, deverá apresentar ao Banco, simultaneamente com os documentos referidos na recomendação anterior, um programa de realocação e/ou indenização dessa população, nos termos mencionados na seção VII do Apêndice III, incluindo o respectivo cronograma de implantação e a demonstração de que dispõe dos recursos suficientes para a sua execução.
3. Dentro de 6 meses a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo, o mutuário, por intermédio do órgão executor, deverá demonstrar ao Banco que contratou, com os recursos da contrapartida local, os serviços de uma firma consultora, encarregada de assessorar a unidade executora na administração do programa.
4. O mutuário deverá operar, manter e administrar as obras do programa, durante os 10 anos seguintes ao término de cada uma delas, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas. Com este fim, apresentará ao Banco durante os 10 anos seguintes ao término de tais obras, dentro do primeiro trimestre de cada exercício fiscal, um plano anual para a operação e manutenção dos sistemas de drenagem e viário e um relatório pormenorizado sobre a gestão do ano anterior que inclua o grau de eficiência alcançado e o estado de conservação dos sistemas durante aquele ano.
5. O mutuário, por intermédio do órgão executor, deverá apresentar ao Banco, no primeiro trimestre de cada exercício fiscal, durante a

execução do programa um relatório acerca da situação das famílias realocadas no ano anterior, pormenorizando o número de famílias realocadas, as soluções adotadas na realocação e respectivos custos, assim como propondo medidas para minimizar as dificuldades encontradas na realocação. O relatório incluirá também os resultados de uma pesquisa sobre o grau de satisfação alcançado, realizada entre pelo menos 5% das famílias realocadas nos anos anteriores.

6. O mutuário apresentará ao Banco:

- (a) dentro de 18 meses a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo: (i) os dados básicos iniciais cujas categorias se enumeram na Seção VIII do Apêndice III; (ii) a descrição do sistema de compilação e elaboração de dados a serem utilizados para as comparações anuais; e
- (b) ao final do terceiro ano contado a partir da data do último desembolso do financiamento, um relatório de avaliação posterior sobre os resultados do Programa seguindo a metodologia e os parâmetros estabelecidos com o Banco que figuram na Seção VIII do Apêndice III.

7. As demonstrações financeiras do programa e as informações complementares a serem apresentadas durante sua execução pelo mutuário, deverão ser acompanhadas de parecer da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

B. No contrato de empréstimo deverá incluir-se um anexo de conteúdo substancialmente semelhante ao Apêndice III (Descrição do Programa) desta Proposta.

O PROGRAMA
(Anexo A do Contrato)

I. Objetivos

O programa tem como objetivos básicos aliviar problemas de inundações e meio ambiente em pontos críticos do município de São Paulo, assim como melhorar as condições de tráfego na área do programa, mediante a realização de obras de microdrenagem e a construção de vias públicas em aproximadamente 12 córregos.

II. Descrição

O programa divide-se nos seguintes componentes:

- (a) Obras de microdrenagem e vias. Construção de aproximadamente 27 Km de canalizações, 16,5 km de galerias e 41 km de vias públicas em ambas margens dos córregos e sobre as galerias.
- (b) Equipamento de manutenção. Aquisição de equipamento de manutenção e limpeza para o sistema de drenagem da cidade de São Paulo.

III. Custo Total

O custo total do programa foi calculado no equivalente a US\$207.500.000, distribuídos nas seguintes categorias:

(Em milhares de US\$)

	Banco/IC	Contrapartida local		Total	%
		CEF	MSP		
I. Engenharia e Administração	-	-	18.500	18.500	8,9
1.1 Estudos e projetos	-	-	5.500	5.500	
1.2 Administração e supervisão	-	-	13.000	13.000	
II. Custos Diretos	64.620	49.000	13.280	126.900	61,2
2.1 Canalizações	45.120	29.000	8.280	82.400	
2.2 Vias públicas	15.000	20.000	5.000	40.000	
2.3 Equipamento de manutenção	4.500	-	-	4.500	
III. Custos Concorrentes	-	16.000	16.000	32.000	15,4
3.1 Terrenos, Direitos e servidões	-	16.000	16.000	32.000	
IV. Despesas Financeiras	12.880	-	17.220	30.100	14,5
4.1 Juros	12.105	-	15.350	27.455	
4.2 Comissão de crédito	-	-	1.870	1.870	
4.3 FIV/Banco	775	-	-	775	100,0
Total	77.500	65.000	65.000	207.500	
Percentagem	37,4	31,3	31,3	100,0	

IV. Licitações

Quando os bens e serviços a serem adquiridos forem financiados total ou parcialmente, com recursos do empréstimo, os procedimentos de licitações, bem como suas bases específicas, deverão permitir a livre concorrência de firmas originárias de países membros do Banco. Em consequência, nesses procedimentos e bases específicas não se estabelecerão condições que impeçam ou restrinjam a participação dessas firmas.

V. CrITÉrios de Seleção

As obras selecionadas deverão obedecer aos seguintes critérios:

- (a) Localizar-se em bacias com estimativas de vazão superiores a 20 m³ por segundo, em um período de retorno de chuvas de 25 anos, e que obedeçam às seguintes prioridades básicas:
 - (i) onde as vias a construir sejam de tipo expressa ou arterial, de primeira e segunda categoria, estejam completamente integradas e completem a rede viária existente;

- (ii) onde haja um elevado número de famílias atingidas por inundações; e
- (iii) onde haja uma densidade populacional atual elevada.
- (b) Apresentar uma rentabilidade socio-econômica superior a 12%, seguindo a metodologia utilizada na avaliação dos projetos da amostra representativa.

VI. Consultores

Antes da contratação de firmas consultoras, a ser financiada com recursos da contrapartida local, o mutuário submeterá à aprovação do Banco os nomes das firmas selecionadas, as especificações dos serviços a serem prestados e o preço ajustado para o pagamento.

VII. Realocação de famílias

Na preparação e execução dos programas de realocação e/ou indenização, mencionados na recomendação 2 do Apêndice II, o mutuário deverá tomar em consideração o seguinte:

- (a) uma análise da situação econômica e social das comunidades;
- (b) a participação das famílias e comunidades atingidas, no processo de realocação, através de reuniões em que lhes serão apresentadas as várias soluções alternativas e ouvidas as suas preocupações;
- (c) a quantificação da população atingida, dos bens pessoais e dos recursos da comunidade;
- (d) os critérios e processos de seleção dos locais a serem utilizados para a realocação das famílias, assim como o procedimento de aquisição de terras;
- (e) as atividades de apoio às famílias durante a realocação; e
- (f) a divulgação para outros organismos públicos, dos dados utilizados na preparação dos referidos programas.

VIII. Avaliação Posterior do Programa

(a) Dados básicos iniciais

Os dados básicos iniciais incluirão:

- (i) área, população e número de habitações por bacia;
- (ii) área, população e número de habitações atingidas por inundações por bacia.

- (iii) alugueis pagos e características principais dos bairros, ruas e habitações por bacia, determinados por meio de uma pesquisa estatisticamente representativa das bacias;
- (iv) contagens de tráfego (incluindo dados por tipo de veículo), representativos do tráfego médio anual, com os ajustes necessários para refletir variações horárias e sazonais. Adicionalmente determinar-se-ão as origens-destinos do tráfego e as velocidades médias de operação por tipo de veículo, através de pesquisas estatisticamente representativas realizadas nos vários segmentos da rede viária atingida;
- (v) um estudo do impacto esperado da nova via na rede viária de cada bacia, contendo: volume de tráfego desviado por segmento viário, velocidades e custos econômicos de operação de veículos e economias de tempo;
- (vi) distribuição de famílias por níveis de renda por bacia;
- (vii) anualmente recolher-se-ão para cada bacia dados relativos aos gastos em investimentos e manutenção das obras em execução ou executadas; e
- (viii) anualmente, a partir dos dados básicos iniciais e até o relatório final efetuar-se-ão contagens de tráfego, segundo a metodologia indicada em (iv).

(b) Metodologia

Os dados a serem utilizados referir-se-ão a uma lista de bacias estatisticamente representativa do programa e que incluirá, pelo menos, duas bacias com vias expressas ou arteriais de primeira categoria, duas bacias com vias de segunda categoria e duas bacias com vias coletoras. Cada bacia será selecionada aleatoriamente entre aquelas que se prevê, façam parte do programa. O relatório de avaliação final realizar-se-á com uma metodologia semelhante à utilizada na análise ex-ante do programa efetuada pelo Banco e deverá incluir: (i) uma análise de benefício-custo; (ii) uma análise de impacto distributivo; (iii) uma análise da situação das famílias realocadas, baseada nos relatórios anuais apresentados ao Banco; (iv) uma análise das causas de qualquer demora, alterações em projetos, custos etc. que tenham alterado substancialmente os cronogramas ou custos antecipados; e (v) conclusões e recomendações.